

Por que choras Amorim?

O governo brasileiro, líderes empresariais e a grande imprensa lamentaram o fracasso das negociações da chamada Rodada de Doha, em Genebra, na Suíça. Na percepção desses setores, a liberalização do comércio mundial traria ganhos importantes para o país. No entanto, economistas, organizações sociais e populares e intelectuais expressam opinião oposta e comemoram a derrocada das negociações. Denunciam que o acordão da OMC beneficia apenas o grande agronegócio brasileiro, e traz perdas para a indústria nacional e para a agricultura familiar. O fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, acrescentam, agravaria ainda mais a inflação alimentar global. Nesta edição, a posição da Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos, artigo de D. Demétrio Valentim, presidente da Cáritas brasileira, e uma entrevista com economista Reinaldo Gonçalves.

Dia do Economista será comemorado com grande evento na OAB-RJ em 12 de agosto



O fracasso da Rodada e o papel brasileiro

■ A presente edição do mês de julho do Jornal dos Economistas nos traz uma cobertura sobre os resultados da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), recém concluída em Genebra, na Suíça.

Esta foi a terceira tentativa frustrada de conclusão da chamada Rodada de Doha. Novamente, a polêmica que envolve a abertura dos mercados agrícolas dos Estados Unidos e da Europa, como contrapartida para uma maior abertura dos setores industrial e de serviços dos países em desenvolvimento, foi o fator principal da não conclusão desse acordo multilateral de comércio.

Repetiu-se, assim, o que já havia ocorrido em Cancun (2003) e Hong Kong (2005). Desta feita, contudo, a posição do governo brasileiro foi explicitada com mais clareza e evidenciou que o Brasil tem de fato uma posição distinta de países considerados parceiros estratégicos, como a China, a Índia e a Argentina.

Essa posição brasileira, já havia sido demonstrada em Cancun, mas não com tanta ênfase, quando a delegação brasileira assumiu uma postura muito mais flexível do que nossos aliados, países em desenvolvimento, em relação às exigências dos países mais ricos. Quais as conseqüências que a posição brasileira produzirá nas relações entre os países em desenvolvimento, particularmente entre as nações que compõem o chamado G-20, ou no âmbito do próprio Mercosul?

Essas e outras questões são abordadas nas páginas que dedicamos a esse assunto, e que conta também com uma entrevista do Professor e conselheiro do Corecon-RJ, Reinaldo Gonçalves, analisando essa problemática.

Chamamos a atenção, também, para o trabalho do Fórum Popular do Orçamento, que nessa edição do *JE* analisa e discute as conseqüências da proposta de reforma tributária, encaminhada pelo Executivo federal ao Congresso Nacional, para as finanças do Estado do Rio de Janeiro e para os municípios do Rio e de Niterói.

Por fim, comunicamos aos nossos leitores que a partir desta edição o *JE* passa a ter um novo editor. O jornalista Marcelo Cajueiro, vencedor de licitação realizada pelo Corecon-RJ, por força de obrigação legal, substitui o jornalista Nilo Sérgio Gomes, como responsável pela edição do nosso jornal.

Aproveitemos a ocasião para agradecer ao trabalho desenvolvido por Nilo Sérgio à frente de nosso jornal. 

SUMÁRIO

3

Rebrip

Nota da entidade comemora fracasso de Doha como grande vitória dos movimentos populares no Brasil e no mundo

4

Rebrip

Mesmo antes da derrocada das negociações, a Rebrip afirmava em documento posição contrária ao acordo da OMC e analisava os interesses em jogo

7

D. Demétrio Valentini

Em artigo, Presidente da Caritas Brasileira se diz aliviado com falta de acordo em Genebra e critica falta de solidariedades dos países desenvolvidos



8

Entrevista

Reinaldo Gonçalves

Em entrevista, o professor de economia da UFRJ diz que o povo brasileiro ganhou com o fracasso da Rodada e critica postura do governo brasileiro em Genebra

13

Dia do Economista

Corecon-RJ comemora a data com grande evento na OAB-RJ em 12 de agosto

14

Fórum Popular de Orçamento

A Reforma Tributária e seus impactos nos orçamentos do Estado do Rio de Janeiro e nos municípios do Rio e Niterói

16

Prêmio e concurso

Regulamentos do Prêmio de Jornalismo Econômico e do Concurso de Redação para estudantes estão no site do Corecon-RJ

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2462-4885) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Hen-

rique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Organizações e movimentos sociais do Brasil e do mundo inteiro comemoram mais um colapso das negociações para a conclusão da Rodada de Doha da OMC

(Organização Mundial do Comércio). Desde que a OMC foi criada, no auge do neoliberalismo dos anos 90, estas organizações vêm questionando a validade das premissas da instituição e denunciando as graves conseqüências que a conclusão desta rodada poderia causar para os povos em diversas partes do mundo.

■ Rebrip - Rede Brasileira
Pela Integração dos Povos

Essas conseqüências dizem respeito, principalmente, a liberalização do comércio de bens industriais e serviços por parte dos países do Sul, em troca da abertura de mercados no Norte para exportações agrícolas. Isto significaria a cristalização de um modelo em que os países em desenvolvimento continuariam como exportadores de commodities agrícolas – com uso intensivo de água e outros recursos naturais na sua produção, concentração fundiária e utilização de insumos químicos que resultam em um agravamento da crise sócio-ambiental -, enquanto os países desenvolvidos se manteriam como fornecedores de tecnologia e bens e serviços de alto valor agregado, bloqueando assim as perspectivas de desenvolvimento industrial e a geração de empregos de qualidade para homens e mulheres dos chamados países em desenvolvimento. E seria um golpe contra os direitos dos povos e a soberania dos países em relação à capacidade de formularem suas políticas públicas.

Ao longo da semana, cerca de trinta países tentaram sem suces-

Movimentos sociais comemoram mais um fracasso da Rodada de Doha da OMC

so chegar a uma fórmula que fosse capaz de acomodar os interesses em temas tão complexos como as políticas de agricultura, indústria e serviços. Mais uma vez o formato restrito e anti-democrático de tomada de decisões na OMC se revelou esgotado: dos 153 países-membro da OMC apenas pouco mais de trinta estavam presentes nas reuniões de Genebra e, na verdade, entre estes, apenas sete – Estados Unidos, União Européia, Brasil, Japão, Austrália, China e Índia – tentaram conduzir de fato o processo decisório enquanto os demais aguardavam em protesto as decisões na ante-sala.

O Brasil manteve a sua já conhecida posição, que prioriza a abertura dos mercados dos países do Norte para as exportações do agronegócio, concordando em troca em fazer importantes concessões nas áreas de redução de tarifas industriais e no setor de serviços. A insistência do Brasil em manter esta posição acabou tendo graves conseqüências políticas. Uma delas foi o estremecimento do G20, importante coalizão de países em desenvolvimento criada em 2003 durante uma reunião ministerial da OMC realizada em Cancun, quando o Brasil liderou uma posição de resistência destes

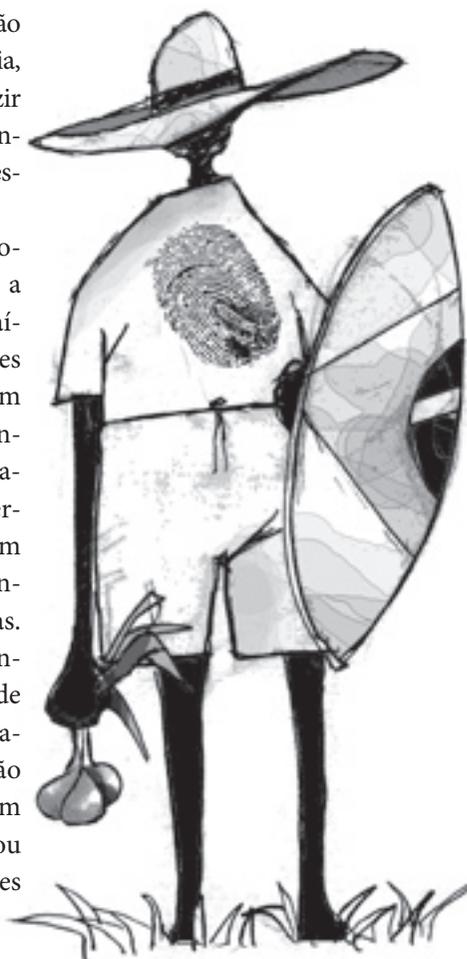
países e com isso alterou a balança de poder e a correlação de forças na OMC. Desta vez, no entanto, o Brasil acabou esvaziando a sua liderança por ter se distanciado de preocupações e interesses de parceiros estratégicos da coalizão.

Este foi o caso da Argentina, que vinha liderando uma importante posição de resistência nas negociações de NAMA – a sigla em inglês para as tentativas de acordo sobre reduções nas tarifas de importação de produtos industriais que tanto interessam aos Estados Unidos e União Européia. A falta de compromisso do Brasil com os nossos vizinhos poderá ter repercussões políticas negativas nos processos de integração regional em curso na América do Sul.

O Mercosul, por exemplo, possui uma Tarifa Externa Comum (TEC) que seria bastante prejudicada caso as propostas que estavam em curso nas negociações de Doha fossem aprovadas, tornando ainda mais difícil que nossa região pudesse estabelecer preferências comerciais internas ao bloco.

A estratégia negociadora brasileira também abalou as alianças do Brasil com Índia e China. Refletindo o peso econômico que o agronegócio exportador tem na balança comercial brasileira, o Brasil não deu a devida importância a temas importantes para estes países parceiros e para a agricultura familiar e camponesa. O tema das salvaguardas e outros mecanismos de defesa e promoção da agricultura que garante a segurança e soberania alimentar, no Brasil e no mundo, não foi priorizado pelos negociadores brasileiros, ao passo que se mostrou um tema central para estes parceiros chave do Brasil.

Neste momento, os movimentos sociais do mundo todo estão comemorando. Mais uma vez está provado que o modelo baseado na liberalização progressiva promovido pela OMC caducou. Agora é hora de pensar em alternativas a este sistema de comércio global e este debate deve se orientar pelos processos de integração regional e por novas instâncias globais voltadas para os interesses dos povos. Chegou o momento de construirmos um sistema de comércio verdadeiramente voltado para a justiça econômica, social e ambiental e não para os interesses das corporações transnacionais. 



Mesmo antes do fracasso da negociação em Genebra, no final de julho, a Rebrip já se posicionava muito claramente contra as posições favoráveis às propostas liberalizantes em relação ao chamado comércio internacional. Neste documento, o contexto das negociações e os interesses de cada bloco de países são explicitados de maneira franca e detalhada.

Por Que Dizer Não à Rodada de Doha da OMC

■ Rebrip - Rede Brasileira Pela Integração dos Povos

A pesar de sucessivos fracassos, alguns governos, especialmente o do Brasil, continuam insistindo em tentar concluir as negociações da Rodada de Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio), e até o final de junho pretendem fechar os acordos provavelmente realizando uma pequena reunião ministerial que decidirá sobre o destino das perspectivas de desenvolvimento de todos os países. Desde a sua criação em 1995, o objetivo da OMC é a crescente liberalização do



comércio agrícola, de serviços, de investimentos, beneficiando assim as grandes corporações que visam expandir seus lucros no mundo, e para isso precisam de um ambiente livre de regulações, de leis nacionais e de políticas públicas. As grandes corporações sempre foram as maiores beneficiadas pelas regras da OMC, que removem os mecanismos que consideram discriminatórios adotados por alguns países para defenderem sua indústria e sua agricultura.

Neste momento, as negociações estão pautadas em barganhas entre estes dois setores. De um lado observa-se a pressão da Europa e dos Estados Unidos para que os chamados países em desenvolvimento abram ainda mais seus mercados para a importação de produtos industrializados, através de uma drástica redução de tarifas que na prática inviabilizaria a adoção de políticas industriais e eliminaria a possibilidade de manutenção de tarifas externas comuns em blocos regionais como o Mercosul. De outro lado há a demanda de países exportadores agrícolas, liderados pelo Brasil, pela ampliação do acesso ao mercado da Europa e Estados Unidos para suas exportações. Ao buscar a crescente liberalização do comércio agrícola internacional, as negociações tendem a expor a produção familiar e camponesa - responsável, no caso brasileiro, por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país - a uma concorrência desigual com as transnacionais de alimentos e com o grande agronegócio exportador.

Por este motivo a REBRIP demanda que o Governo Brasileiro pare de negociar nestes termos. Não haverá um mercado socialmente justo se a Rodada de Doha for concluída em prejuízo dos setores produtivos mais vulnerá-

veis. Os desequilíbrios e assimetrias resultantes deste acordo levariam o Brasil e muitos outros países do Sul à desindustrialização, a uma ainda maior falta de segurança e soberania alimentar, ao avanço dos monocultivos voltados a exportação, a um aprofundamento da privatização de serviços, à perda de empregos e limitações para o atendimento na prestação de serviços à população.

Agricultura

A última versão de texto sobre agricultura visando uma tentativa de acordo gerou muita insatisfação e até indignação por parte de



diversos países do Sul. Não houve nenhum movimento significativo por parte da Europa e dos Estados Unidos no sentido de reduzir os subsídios domésticos efetivamente praticados que tanto distorcem o comércio agrícola internacional e desestimulam a produção nos países do Sul. No caso dos Estados Unidos, inclusive, a nova lei agrícola que está sendo aprovada amplia a concessão de subsídios aos agricultores daquele país; esta atitude por parte de um dos principais países negociadores podem agravar ainda mais as contradições existentes no atual processo negociador. O caso do milho no México é emblemático de como o chamado livre comércio pode destruir uma produção

alimentar tão fundamental para um país. A nação que domesticou o milho sempre teve uma grande diversidade de sementes que abastecia uma vasta produção doméstica que era a base alimentar dos mexicanos. Com a entrada em vigor do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, entre Estados Unidos, México e Canadá), a produção de milho altamente subsidiada dos Estados Unidos e concentrada em grandes produtores passou a inundar o mercado mexicano, tornando inviável aos produto-

tos que poderiam atender as necessidades dos países do Sul que desejam defender sua agricultura da concorrência externa das grandes corporações. Os mecanismos de salvaguardas que poderiam em tese resguardar a agricultura familiar e camponesa da importação indiscriminada estão enfrentando fortes pressões visando o seu enfraquecimento no texto, e têm sido considerados absolutamente insuficientes e inaceitáveis, a ponto do G33 (coalizão de países que defendem o tratamento especial e diferenciado para a agricultura familiar e camponesa) demandar a elaboração de um novo texto de negociação. Infelizmente o Governo Brasileiro, ao priorizar os interesses do agronegócio nas negociações, coloca em plano secundário a defesa dos interesses da agricultura familiar e camponesa.

Os impactos ambientais das negociações

Esta dinâmica das negociações estimula o aprofundamento de um modelo baseado na exportação de produtos agrícolas primários, de baixo valor agregado, que exigem o uso intensivo de energia, de água e de insumos químicos na sua produção e de vastas extensões de terras para a pecuária e os monocultivos, que aumentam a concentração fundiária e os desmatamentos, e empobrecem a biodiversidade e a agrobiodiversidade. A pauta de exportações brasileira é concentrada em produtos como carne bovina, aves, suínos, soja, cana-de-açúcar, celulose, cujos impactos sócio-ambientais são negativos. A recente corrida para a produção de agrocombustíveis e o interesse do Governo Brasileiro em liderar esta corrida, especialmente a do etanol a partir da cana-de-açúcar, pode vir a

aprofundar ainda mais estes problemas, expandindo os monocultivos em larga escala, deslocando outras produções para áreas ecologicamente importantes, desestimulando a produção de alimentos, e favorecendo a exploração degradante das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro.

NAMA- Acesso a Mercados para Produtos Não-Agrícolas

As negociações em curso sobre NAMA (sigla em inglês para Acesso a Mercados para Produtos Não-Agrícolas) também podem resultar em graves impactos sócio-ambientais. Estas negociações incluem barganhas para a liberalização de produtos florestais como madeiras e minérios, além do setor de pesca e oceanos, visando o corte de tarifas, a diminuição ou eliminação de regulações e políticas públicas nacionais. O impacto deste acordo sobre a biodiversidade e sobre as políticas, a legislação, e os programas de defesa do ambiente são previsíveis.

O foco atual das negociações sobre NAMA está no tamanho do corte das tarifas de importação de produtos industriais. Os países do Norte passaram muitos anos adotando tarifas altas para estimular o desenvolvimento industrial, e agora que alcançaram um alto nível de desenvolvimento tecnológico e dominam os mercados mundiais estes países pressionam na OMC para que os chamados países em desenvolvimento não tenham o mesmo direito. Ainda que as propostas em negociação suponham que Europa e Estados Unidos façam algum corte em suas tarifas (há propostas de coeficientes de cortes distintos para países do Norte e do Sul), as demandas de redução tarifária para os países do Sul são proporcionalmente muito mais drásticas. Por este mo-

tivo, assim como no caso do texto de agricultura, países do Sul (reunidos no grupo conhecido como NAMA-11) estão considerando inaceitáveis os termos desta negociação e estão exigindo uma completa revisão do texto. Dentro do NAMA-11 existem países como o México que, por terem suas economias já abertas ao extremo ao capital internacional, estão mais propensos a aceitar negociar, enfraquecendo assim a capacidade de negociação dos chamados países em desenvolvimento. A Índia inclusive afirmou que a iniciativa dos países desenvolvidos visava dividir o NAMA-11.

No caso do Mercosul, entre 3.500 e 5.000 linhas tarifárias da Tarifa Externa Comum seriam perfuradas dependendo do coeficiente de corte adotado pelos negociadores de NAMA, que inclui coeficientes de cortes e listas de

flexibilidades, tornando inviável que os países do bloco mercosulino possam dar preferência a intercâmbios comerciais entre seus membros e estimular uma política industrial comum na região, o que seria considerado prática discriminatória pelas premissas da OMC.

Um outro mundo é possível

A OMC foi criada durante um período - os anos 90 - em que as teses do neoliberalismo eram

hegemônicas no debate econômico e político. O Consenso de Washington pregava a máxima abertura comercial, ampla desregulamentação financeira e redução do papel do Estado. Hoje os termos do debate mudaram. Especialmente na América do Sul, estas políticas promoveram um tamanho aprofundamento da pobreza e desigualdades que logo a resistência começou a emergir. Assim nasceram a Aliança Social Continental, a Campanha Contra a ALCA, o Fórum Social Mun-

isto significaria um retrocesso em relação às conquistas obtidas em nossas lutas de resistência. Significaria um distanciamento do Brasil da construção de alianças estratégicas com países como Argentina e Índia que têm tentado resistir no processo negociador da OMC. Também significaria um bloqueio ao processo de integração regional em curso, pois



dial, as estratégias de descarrilhamento de reuniões ministeriais da OMC, e a eleição de um ciclo de novos governos identificados com as demandas populares por mudanças de paradigmas e pelo distanciamento das teses neoliberais. Por isso não podemos aceitar que a Rodada de Doha seja concluída nas bases propostas, pois

este requer preferências e prioridades para o desenvolvimento para dentro de nossa região, ao invés de destinarmos nossas estruturas produtivas à exportação para os países do Norte. Por estes motivos, dizemos Não a Rodada de Doha da OMC e conclamamos a sociedade brasileira a debater e resistir. 

“Doha a Quem Doer”

Mesmo que ninguém de nós tivesse passado procuração, nestes dias os grandes do mundo estavam negociando o nosso futuro. Já é um alívio saber que não fecharam negócio. Ao menos continuamos na nossa, embora sabendo que a situação não é nada boa. Mas poderia ficar muito pior.

■ D. Demétrio Valentini*

De fato, os noticiários informaram que fracassou mais uma rodada de negociações, no âmbito da OMC, a “Organização Mundial do Comércio”, que visava um novo e amplo acordo regulatório do comércio mundial, na alegada intenção de liberalizar as importações e exportações entre os países, tudo para proporcionar maior crescimento econômico para todos.

Estas as intenções. Mas não foram capazes de produzir um consenso mínimo. Sinal de que ninguém de fato acredita nelas. Quando se trata de negócios, a experiência ensina que o fator determinante é o interesse do mais forte, não a solidariedade para com os mais fracos.

Convém saber um pouco mais desta história. Até para ficarmos mais expertos, e não cair na ingenuidade que pode comprometer o futuro de nossos países.

Esta rodada de negociações, patrocinada pela OMC, foi chamada de Rodada de Doha, porque iniciou ainda em 2001, na Quarta Conferência da OMC, realizada em Doha, capital do Katar. Portanto, faz um bom tempo que estão negociando, e o nome da rodada continua o mesmo para dizer que ainda não se chegou a um acordo

sobre as propostas apresentadas em Doha. Depois houve outras conferências, em Cancun, em Genebra, em Paris, em Hong Kong, e agora de novo em Genebra. E nada de acordo. Tudo indica que, finalmente, as negociações vão ser encerradas, com o reconhecimento do fracasso definitivo das propostas de Doha.

Que propostas?

De um lado, os países ricos e desenvolvidos, representados pelo famoso G7, querem facilidades para vender seus produtos industriais e seus serviços. De outro lado, os países em desenvolvimento querem maiores facilidades para vender os seus produtos agrícolas, as famosas “commodities”.

Qual o impasse?

Os países em desenvolvimento querem que os países ricos diminuam os enormes subsídios que estes dão aos seus agricultores, dificultando com isto o acesso dos produtos agrícolas dos países pobres. Para se ter uma idéia, a União Européia destina trezentos bilhões de dólares por ano para subsidiar os seus agricultores. De tal modo, por exemplo, o açúcar produzido na Europa sai sete vezes mais caro do que o açúcar produzido no

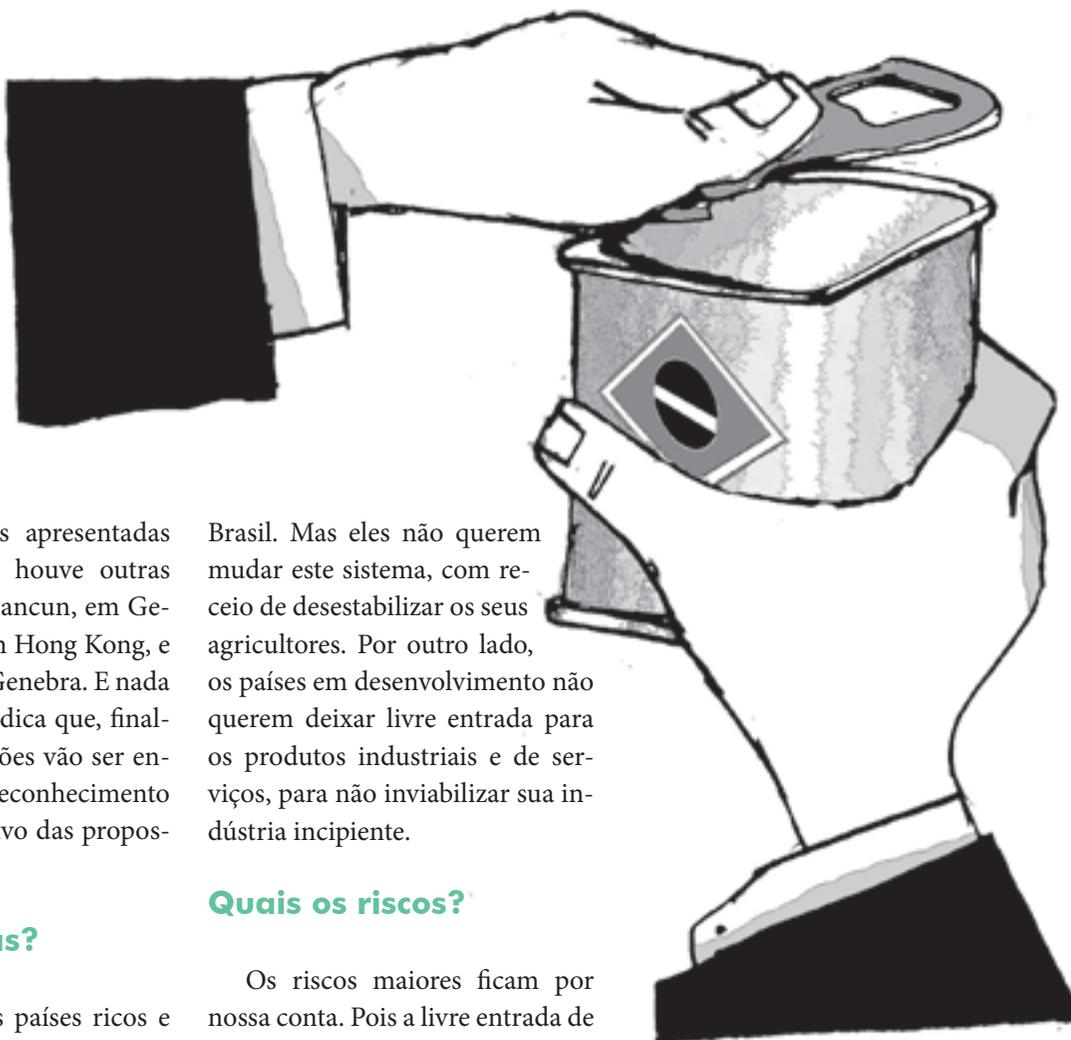
Brasil. Mas eles não querem mudar este sistema, com receio de desestabilizar os seus agricultores. Por outro lado, os países em desenvolvimento não querem deixar livre entrada para os produtos industriais e de serviços, para não inviabilizar sua indústria incipiente.

Quais os riscos?

Os riscos maiores ficam por nossa conta. Pois a livre entrada de produtos tecnologicamente mais avançados tende a levar à falência nossas indústrias, aumentando o desemprego, e deixando-nos cada vez mais dependentes dos países evoluídos. E ainda pior, para pagar as contas com a venda de produtos agrícolas, que são mais baratos e não agregam muito valor, teríamos que produzir sempre mais, com o risco de esgotar os recursos naturais, tornando nossa economia ecologicamente insustentável.

Qual o problema?

Falta solidariedade. A propalada “liberalização” da economia mundial acaba sendo, na verdade, um disfarce para encobrir a busca de interesses corporativistas, atropelando direitos coletivos. A liberdade total de comércio entre desiguais sempre serviu de pretexto para a do-



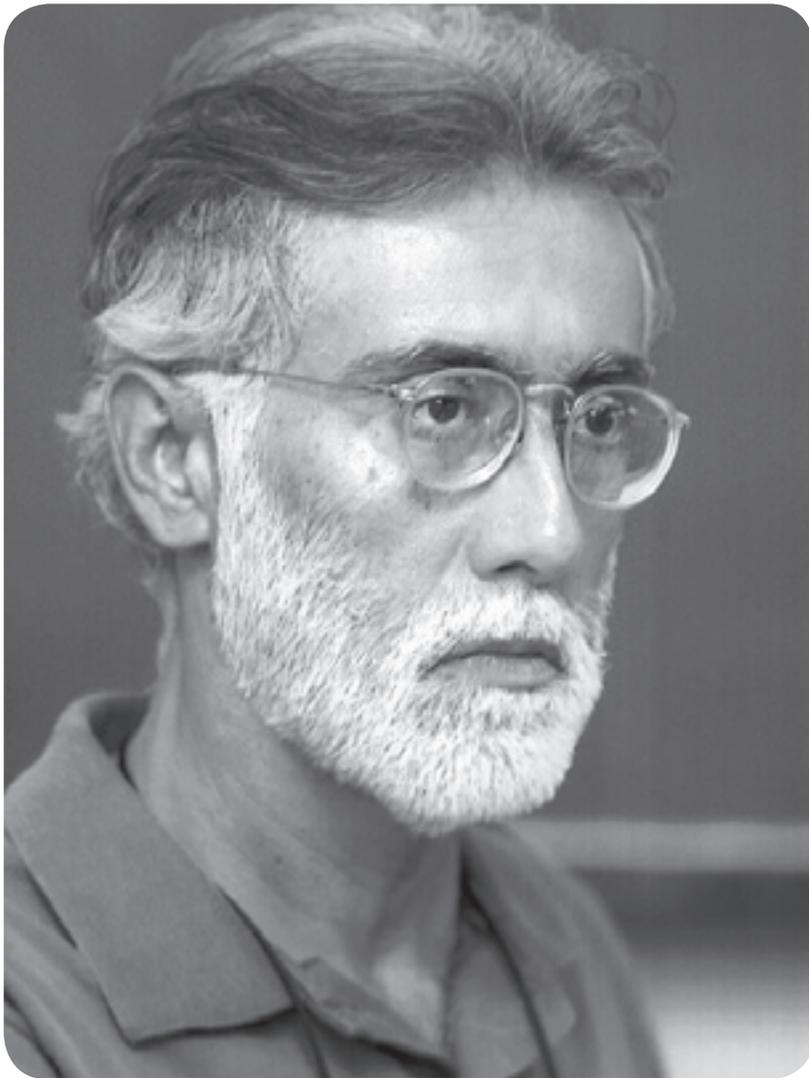
minação dos fortes sobre os fracos.

A OMC surgiu em 1995, no auge da “década do encanto neo liberal”, substituindo o antigo GATT, o “acordo geral de tarifas”. O fracasso da rodada de Doha aponta para a urgente necessidade de mudanças nos princípios que regem a economia mundial. Ela precisa ser colocada a serviço da vida de toda a humanidade, e não ficar prisioneira de interesses corporativistas, seja de nações privilegiadas ou de multinacionais.

Já dizia Jesus: “O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado”. Parafraçando, “a economia existe para a humanidade, e não a humanidade para a economia”. 

* Presidente da Caritas Brasileira e bispo de Jales (SP)

Doha: derrota do Itamaraty, vitória do Brasil



Professor Titular de Economia Internacional da UFRJ. Co-autor do livro A Economia Política do Governo Lula, Editora Contraponto, 2007.

P: Há um consenso na grande imprensa, no governo e no empresariado brasileiros de que o fechamento da Rodada de Doha traria ganhos significativos para o Brasil. Você concorda?

R: A suspensão das negociações é que impede que o Brasil tenha prejuízos. A derrota da estratégia do Itamaraty nas negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) significa vitória para países que têm estratégias mais abrangentes e inteligentes. O fracasso do Governo Lula nas negociações também implica vitória para o Brasil. Poucos dias antes da suspensão da reunião da OMC, o ministro das Relações Exteriores do Brasil acusou os representantes dos países desenvolvidos de algo que tem sido prática recorrente do Governo Lula em geral e do Itamaraty em particular: uma mentira contada muitas vezes acaba sendo aceita como verdade. Esta frase expressa a essência da política exterior do Governo Lula. Muitos ainda acreditam que esta política defende os interesses nacionais. Mentira pura.

P: No Brasil, que setores seriam beneficiados com o fechamento da rodada e quais sofreriam?

R: A conclusão da Rodada de Doha de negociações comerciais multilaterais na OMC traria ganhos extraordinários para o setor do agronegócio brasileiro. Não é

por outra razão que representantes do setor queriam qualquer tipo de acordo. Nos termos da estratégia do Governo Lula, os setores mais beneficiados seriam os produtores de álcool, frango, etanol e soja. Entretanto, haveria perdas evidentes no setor industrial. Ademais, os ganhos no setor agrícola estariam concentrados no lucro de exploração da grande propriedade agrícola. Estudos mostram que as negociações na OMC geram ganhos modestos para o país. No caso do Brasil o ganho líquido seria muito pequeno: entre US\$ 251 milhões e US\$ 1,1 bilhão. Para quem acha que isto é muito dinheiro vale lembrar que o maior banco privado brasileiro teve lucro líquido de US\$ 4,7 bilhões em 2007. **No caso brasileiro os ganhos estariam concentrados na grande propriedade agrícola. Trabalhadores, de modo geral, teriam perda de renda. O capital produtivo na indústria também perderia renda. Para ilustrar, considerando as negociações no setor agrícola, estima-se que haveria aumento de 13,3% do lucro do agronegócio e redução de 0,20% do salário da mão-de-obra qualificada.**

P: No boxe, ninguém propõe que um lutador peso-pena enfrente um peso-pesado. Mas há a percepção

favorável a respeito da livre competição entre nações com economias de tamanhos e graus de desenvolvimento diferentes. Como se formou esta percepção dominante?

R: Esta percepção deriva da doutrina liberal. Há governos que adotam esta doutrina no plano das negociações internacionais, mas a utilizam de forma restrita no plano das políticas domésticas. Ou seja, liberalização total e irrestrita para os outros, mas margem de manobra para políticas nacionais de desenvolvimento. Este é o caso, por exemplo, de muitos países que participam ativamente das negociações na OMC, como os Estados Unidos, China, Índia e os representantes da União Européia. Lamentavelmente, este não é o caso do Governo Lula, cujas estratégias e políticas têm sido orientadas no sentido da mais profunda e mais ampla liberalização econômica do país.



R: A eliminação dos subsídios agrícolas causará aumento dos preços internacionais e, portanto, maior pressão inflacionária em escala global. Este fenômeno é grave no atual contexto de inflação crescente que resulta da elevação dos preços do petróleo e dos alimentos. A inflação internacional repercute no Brasil visto que os produtores brasileiros de commodities também elevam seus preços no mercado doméstico. Portanto, o trabalhador brasileiro perde, via maior inflação, com a eliminação dos subsídios agrícolas nos Estados Unidos e na Europa. E, ademais, como corretamente temem os governos de outros países, a elevação dos preços internacionais de alimentos aumentará a fome e a miséria no mundo. Não é por outra razão que muitos países em desenvolvimento não apóiam a posição brasileira. Neste ponto, vale notar que o Governo brasileiro ficou isolado em Genebra. Mais de 100 países em desenvolvimento se manifestaram contra a proposta apoiada pelo Brasil. Estes países compõem o G-33, os países africanos, o grupo ACP (79 países africanos, caribenhos e da área do Pacífico) e o grupo de economias pequenas e vulneráveis (SVEs). Entre os países que se manifestaram explicitamente contra a proposta final colocada na mesa de negociações, vale destacar a Índia, África do Sul, Argentina, Venezuela e Bolívia. O fato é que o Governo brasileiro “deu a cara a tapa” e foi desqualificado como não expressando os interesses majoritários dos países em desenvolvimento.

P: O que significa exatamente a “liberalização do comércio”? Porque a idéia da liberalização é vinculada ao desenvolvimento econômico?

R: A questão da liberalização comercial restringe-se, em grande medida, ao tema de acesso a mercado. Ou seja, eliminação ou redução de barreiras à entrada de produtos estrangeiros. No caso das negociações na OMC a questão de acesso a mercado envolve produtos agrícolas, produtos industriais e serviços. No caso de serviços, a liberalização exigida dos países em desenvolvimento é considerada um alto preço por países como Índia e Argentina. Os maiores problemas surgem nas negociações de maior liberalização para produtos agrícolas e produtos industriais. No

caso dos produtos agrícolas, os países em desenvolvimento (com exceção do Brasil) foram contrários às propostas porque elas não permitiam salvaguardas especiais que permitem a imposição de restrições à importação de produtos agrícolas no caso de crescimento abrupto destas importações. Estes países também querem definir listas de produtos especiais que teriam maior proteção. Os países em desenvolvimento também querem autonomia de política para proteger, inclusive com subsídios, os pequenos e médios agricultores. Assim, enquanto países como Índia, China, Venezuela e Bolívia estavam defendendo os interesses dos seus pequenos e médios produtores agrícolas, o governo Lula estava em Genebra defendendo o agronegócio, a

grande propriedade agrícola. No que se refere à liberalização do setor industrial, o Governo Lula aceitou a proposta apresentada, enquanto outros países em desenvolvimento, por exemplo a Argentina, se posicionaram fortemente contra a proposta, pois esta implicava tratamento desigual: maiores cortes para países em desenvolvimento e menores cortes para países desenvolvidos. O Brasil fechou com os países desenvolvidos, ou seja, o Governo Lula se posicionou contra os interesses da indústria brasileira e contra os interesses de outros países em desenvolvimento.

P: A redução dos subsídios à agricultura não agravaria ainda mais o quadro de elevação generalizada dos preços dos alimentos?

P: Ao aderir à proposta dos EUA, o Brasil estremeceu sua parceria diplomática e econômica com China e Índia? No plano regional, a aliança com a Argentina se enfraqueceu?

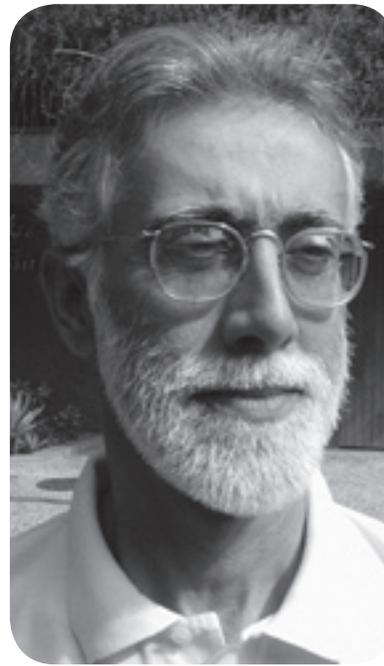
R: Penso que Índia, China, Argentina e outros países já esperavam a traição do Governo Lula. Na realidade, nas negociações de Doha o Itamaraty aparece muito mais como despatchante dos interesses do agronegócio (empresas brasileiras e cada vez mais empresas estrangeiras) do que como representante dos próprios interesses de longo prazo do Brasil. Os governos da Índia, China e Argentina têm tido estratégias no sentido de reduzir a vulnerabilidade externa estrutural dos seus países como eixo estruturante das estratégias nacionais de desenvolvimento de longo prazo. Estes países têm políticas abrangentes nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira. Veja o caso da Argentina, que nos últimos anos tem tido taxas elevadas de crescimento econômico (mais do que o dobro da taxa média brasileira). Este país logrou alcançar um bem sucedido processo de negociação da sua dívida externa que envolveu redução de dívida da ordem de US\$ 75 bilhões e tem usado políticas industriais pró-ativas. A política monetária não tem impedido o extraordinário processo de acumulação de capital. A confortável situação fiscal do país permite, inclusive, a elevação das reservas financiada com o imposto de exportação sobre o agronegócio.

No Brasil, o Governo Lula continua promovendo o aprofundamento do processo de liberalização econômica, no contexto de uma trajetória medíocre de crescimento econômico, como mostrei no livro em co-autoria com Luiz Filgueiras (*A Economia Política do Governo Lula*, Ed. Contraponto). Portanto, há enormes divergências entre estratégias e trajetórias de países como Índia, China

e Argentina, de um lado, e Brasil, do outro. Estas divergências enfraquecem alianças principalmente porque o Brasil é visto como um país marcado por grande vulnerabilidade externa e também por estratégias e políticas que aumentam a vulnerabilidade externa estrutural (de longo prazo) do país. Ademais, a fraqueza do Brasil no sistema internacional resulta do fato de que o bloco dominante – formado fundamentalmente pelos bancos e pela grande propriedade agrícola – tem interesses e um Governo que colocam o país em uma trajetória de instabilidade, crise, vulnerabilidade externa e fragilidade nas negociações internacionais.

O que há é o “respeito qualificado” à política exterior de Lula, ou seja, ela não é muito levada a sério. A proposta de Lula de uma ação internacional orientada para o combate à fome e à pobreza não foi adiante. A questão do assento no Conselho de Segurança da ONU é vista com desconfiança. Depois da “traição de Doha”, esta proposta é risível. As viagens e acordos de cooperação, frequentemente, não implicam nada de concreto, somente gastos de passagens e diárias. A proposta do Conselho Sul-Americano de Defesa não é levada a sério. A formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) é uma idéia e, muito provavelmente, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) somente se materializará em mais um tratado inócuo. A proposta de criação do Banco do Sul pela Venezuela e Equador com funções abrangentes foi esvaziada pelo Governo Lula que quer restringir este banco à simples função de financiamento de projetos regionais. Ao fim e ao cabo, a política exterior de Lula tem síndrome de samba-enredo: muita alegoria e pouco enredo.

P: O Brasil tem um contencioso com os EUA na área de exportação de al-



godão. A OMC já reconheceu inclusive o direito brasileiro de retaliar. Agora que a rodada fracassou, você acredita que o Brasil vai retaliar? Na sua visão, o Brasil deve fazê-lo?

R: O Brasil não está em condições de retaliar ninguém, muito menos a maior potência mundial. O Brasil tem um enorme hiato de poder. O poder potencial do país é muito elevado, mas o seu poder efetivo é muito baixo, conforme mostrei no meu livro *Economia Política Internacional* (Ed. Elsevier).

Tomemos, por exemplo, a política exterior do Governo Lula. Esta política é considerada um sucesso por uns, mas um fracasso por outros. A interpretação de sucesso é impressionista e toma como referência, principalmente, o foco na cooperação Sul-Sul. Há aqui ingenuidade e grande desconhecimento a respeito do efetivo alcance desta cooperação. Na esfera multilateral, a isolamento do Brasil em Genebra reflete não somente a incompetência do Itamaraty como também o foco restrito da política exterior (produtos agrícolas). O fato concreto é que o Brasil se desmoralizou no bloco dos países em desenvolvimento e foi desqualificado no seu

papel (auto-atribuído) de coordenação no G-20. O Brasil é visto com desconfiança na América do Sul tendo em vista a instabilidade e o desempenho medíocre da economia, o déficit de recursos para implementar políticas mais conseqüentes, a ânsia tola e mal-disfarçada de hegemonia e a pendularidade do governo Lula. A política de distribuição de prebendas em países em desenvolvimento é vista com escárnio e desconfiança. O mesmo acontece com a participação do país na ocupação militar no Haiti que é interpretada como o Brasil pagando pedágio antecipado para uma eventual (e sempre rejeitada) participação no Conselho de Segurança da ONU. Ao mesmo tempo em que o Governo Lula defende exclusivamente o agronegócio e tenta a cooperação com os Estados Unidos na área de biocombustível (provavelmente mais um fracasso), alguns países sul-americanos concentram esforços para promover os pequenos agricultores orientados para o mercado doméstico (Venezuela, Equador e Bolívia) ou, então, apropriam-se de parte do excedente econômico do agronegócio para fazer políticas econômicas de cunho estratégico (Argentina). O Mercosul está em fase de retrocesso e as divergências são crescentes. O fato é que o Governo Lula não consegue formular um projeto de desenvolvimento para o Brasil. O Brasil não consegue liderar nem a si mesmo.

P: Quais são as principais críticas que são feitas à diplomacia brasileira no Governo Lula?

R: Há a ineficácia do Itamaraty onde a defesa dos interesses da corporação é prioridade máxima. O Congresso brasileiro é totalmente inoperante no que se refere à questão das relações exteriores. Não

existe massa crítica de especialistas na área apesar da proliferação de cursos de relações internacionais. Estes temas eu já examinei no meu livro *O Brasil e o Comércio Internacional* (Ed. Contexto). No Governo Lula a situação não mudou. A chamada política de “autonomia pela diversificação” expressa, na realidade, a falta de estratégias claras. Mesmo a prioridade, que é a cooperação Sul-Sul, está marcada por poucos resultados concretos, resultados duvidosos ou fracassos rotundos (como agora na OMC). A outra prioridade que é a integração regional também fracassa ou mostra perspectivas desfavoráveis. Na América do Sul os países reconhecem as vulnerabilidades do Brasil e as fragilidades do Governo Lula.

Esta fragilidade não é somente operacional como também de formulação. Vejamos o caso do assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, que parece ser um dos principais responsáveis pela política exterior quando se trata de América Latina. Este professor de História está tentando uma proeza que os economistas, desde Adam Smith, não conseguiram, ou seja, construir uma teoria de equilíbrio do padrão de comércio. O assessor de Lula declarou recentemente que o Brasil tem “uma pauta de exportação equilibradíssima, metade produtos agrícolas e minerais, metade produtos beneficiados.” Ou seja, por implicação, na visão de Garcia toda a política comercial estratégica na direção do upgrade do padrão de comércio não faz sentido. Este tipo de declaração expressa ignorância crassa a respeito do comércio exterior e do seu papel no processo de desenvolvimento. Naturalmente, quando os chineses, indianos e latino-americanos lêem este tipo de declaração eles ficam surpresos e concluem que a política exterior brasileira requer

uma “reforma intelectual”. Outro exemplo de fragilidade de formulação está no livro mais recente de Samuel Pinheiro Guimarães sobre política exterior. Neste livro, dedicado ao presidente Lula, Guimarães defende arduamente uma política externa independente. Ele é pouco realista a respeito do poder efetivo do país, inclusive o “déficit de recursos” para o país ser uma potência regional. Entretanto, o maior problema no livro de Guimarães é a sua contradição maior: ele defende a redução da vulnerabilidade externa como condição necessária para a política externa



independente e para o processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que não reconhece que as estratégias e políticas do Governo Lula estão aumentando a vulnerabilidade externa estrutural do país. O foco do governo, nas negociações comerciais multilaterais, sobre as *commodities* agrícolas é um bom exemplo. Ainda bem, que o Itamaraty e o agronegócio fracassaram em Genebra.

P: Nesta era pós-fracasso de Doha, que caminhos a diplomacia econômica do Brasil deve trilhar?

R: Cabe repetir que não houve fracasso na OMC. Houve suspensão das negociações. O fracasso foi, principalmente, de alguns poucos países que tinham políticas restritas e nefastas de negociação, como o Brasil. O fato concreto é que sob pressão do agronegócio e tendo em vista o financiamento das campanhas eleitorais, o Governo Lula tem como foco das negociações na OMC a eliminação dos subsídios agrícolas. Cabe lembrar que o setor primário-exportador aumentou sua contribuição para o financiamento

da campanha eleitoral de Lula de 2,9% em 2002 para 10,4% em 2006. Não há dúvida que o foco estreito da política exterior é bom para o agronegócio e para o Governo Lula, mas é mentira que seja boa para o Brasil. Ainda bem que o Itamaraty e Lula foram derrotados em Genebra. Cabe agradecer à China, Índia e Argentina e outros 100 países que não foram capturados por grupos de interesses retrógrados. Muitos destes países, diferentemente do Brasil, têm políticas exteriores conseqüentes e estão em trajetórias de desenvolvimento. 

Trabalhos publicados

Reinaldo Gonçalves é autor de mais de três centenas de trabalhos publicados em 21 países: Europa (Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Suécia, Suíça, Portugal e Iugoslávia); Ásia (Japão, Coreia do Sul e Índia); África (Cabo Verde); América do Norte (Estados Unidos e México); Caribe (Cuba); e, América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela).

Dentre os seus principais trabalhos no Brasil destacam-se os livros *Empresas Transnacionais e Internacionalização da Produção* (Vozes, 1992); *Ô Abre-alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial* (Relume-Dumará, 1994); *Globalização e Desnacionalização* (Paz e Terra, 1999); *O Brasil e o Comércio Internacional* (Contexto, 2000), *Vagão Descarrilhado* (Record, 2002); *O Nó Econômico* (Record, 2003); *A Herança e a Ruptura* (Garamond, 2003); *Comércio e Investimento Externo* (Fase, 2004); e, *Economia Política Internacional* (Elsevier, 2005).

É co-autor de outros livros, como: *A Nova Economia Internacional. Uma Perspectiva Brasileira*, (Campus, 1998); *O Brasil Endividado* (Perseu Abramo, 2000); *A Armadilha da Dívida* (Perseu Abramo, 2002); *Economia Internacional. Teoria e Experiência Brasileira* (Elsevier, 2004); e, *A Economia Política do Governo Lula* (Ed. Contraponto, 2007).

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br



Dia do Economista será comemorado com grande evento na OAB-RJ

O Dia do Economista (13 de agosto) será comemorado este ano conjuntamente com o Dia dos Advogados (11 de agosto) a partir de uma parceria entre o Corecon-RJ e a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ).

O Dia do Economista (13 de agosto) será comemorado este ano conjuntamente com o Dia dos Advogados (11 de agosto) a partir de uma parceria entre o Corecon-RJ e a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ). O evento comemorativo acontecerá no dia 12 de agosto, de 10h às 18h, na sede da OAB-RJ, e contará com expositores das duas categorias profissionais que abordarão diferentes enfoques da Constituição Federal Brasileira, que completa 20 anos em 2008.

O Presidente do Corecon-RJ João Paulo de Almeida Magalhães, o Presidente da OAB-RJ Wadih Damous e a Presidente da OAB Mulher Thereza Christina Naveke vão participar pela manhã da mesa de abertura do evento "A Constituição Cidadã: conquistas democráticas, desenvolvimento social e econômico". Em seguida, palestrantes convidados abordarão o tema "O processo histórico da Consti-

tuição de 1988, a questão feminina e a ordem econômica". À tarde, a questão em discussão será os "Avanços jurídicos, sociais e econômicos".

Prêmio Opinião e Prêmio de Monografia

No final da tarde, acontecerá a cerimônia de entrega do I Prêmio Opinião Profissional e do XVIII Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, ambos concedidos pelo Corecon-RJ.

O primeiro colocado no Prêmio Opinião Profissional receberá do Corecon-RJ um cheque de R\$5.000, enquanto o segundo colocado no concurso e será agraciado com R\$3.000. Os dois premiados, que são economistas registrados no Corecon-RJ, o que é exigência do regulamento do Prêmio, submeteram artigos sobre o tema "Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente". Os artigos são inéditos, não tendo sido ainda pu-

blicados em livro ou na grande imprensa, conforme determina o regulamento da premiação.

O Corecon-RJ organizará anualmente o Prêmio Opinião Profissional que tem o apoio do Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED) e do Sindicato dos Economistas. O objetivo da premiação é incentivar a produção de textos com conteúdo crítico por profissionais de economia.

O tradicional Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, que está na 18ª edição, agracia os autores dos melhores trabalhos de fim de curso das faculdades de economia com sede no Estado do Rio de Janeiro. A monografia vencedora deste ano é de Paula Ferreira Martins, formada pelo IE/UFRJ, que foi orientada pela Professora Lena Lavinhas. Paula receberá o prêmio principal de R\$2.500 pelo trabalho "Linha Oficial de Pobreza no Brasil: Critérios para sua Definição".

Thiago Reder Lenzi, que também

estudou no IE/UFRJ, foi o segundo colocado, e levará para casa R\$1.500. Orientado pela Professora Maria da Graça Derengovski da Fonseca, ele apresentou a monografia "Mudança no Padrão Competitivo de Telefonia Fixa após a Tecnologia VoIP".

Carla Jucá Amrein, outra economista formada pelo IE/UFRJ, ganhará o terceiro prêmio de R\$1.000. Ela submeteu ao concurso o trabalho "Análise da Natureza e Dimensões da Crise Metropolitana no Brasil. Os Casos das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro". O Professor André Urani foi o orientador de Carla.

A banca do Prêmio, integrada por cinco economistas, decidiu conferir uma menção honrosa à quarta colocada, Fernanda Ribeiro Amorin, formada pela UFF. Orientada pela Professora Lucilene Morandi, Fernanda apresentou o trabalho "Proposta de Mudanças na Estrutura do Índice de Preços Pagos pelos Agricultores".

Evento: "A Constituição Cidadã: conquistas democráticas, desenvolvimento social e econômico".

Data: 12 de agosto de 2008.

Local: Sede da OAB/RJ - Av. Marechal Câmara, 150, 4º andar (Plenário Evandro Lins e Silva), Centro, Rio de Janeiro.

10h - Mesa de Abertura:

- Presidente da OAB/RJ, Dr. Wadih Damous
- Presidente do Conselho de Economia do Rio de Janeiro,
- Prof. João Paulo de Almeida Magalhães.
- Presidente da OAB Mulher, Dra. Thereza Christina Naveke

10:30h - O processo histórico da Constituição de 1988, a questão feminina e a ordem econômica.

- Salete Maccáloz, Juíza;
- Marcello Cerqueira, advogado especialista em Direito Constitucional.
- Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado constituinte e editor do jornal Correio da Cidadania.

Moderadora: Joselice Cerqueira, Secretária Municipal dos Direitos da Mulher, Prefeitura Municipal de Teresópolis.

12h - 12:45h - **Debate**

13h - 14h Brunch

14h - Avanços jurídicos, sociais e econômicos.

- Marcelo Paixão, economista e coordenador do Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais das Relações Raciais - LAESER/UFRJ.
- Graciela Rodriguez, socióloga membro da coordenação da Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP/Inst. Equit

Moderador: Paulo Passarinho, Vice-Presidente do CORECON.

16h - **Debate**

17h - Cerimônia de entrega do I PRÊMIO OPINIÃO PROFISSIONAL e do XVIII PRÊMIO DE MONOGRAFIA Economista Celso Furtado

18h - Coffee-break de Confraternização

A Reforma Tributária e seus impactos nos orçamentos do estado do Rio de Janeiro, e nos municípios do Rio e Niterói

A proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Tributária, PEC 041/2003 apresentada pelo governo federal emerge segundo os argumentos de um projeto macro de aceleração do crescimento econômico e sob a égide da neutralidade. Os meios para se alcançar tal meta passam tanto pela busca de simplificação tributária quanto pelo combate à guerra fiscal dos estados.

O presente trabalho pretende observar os possíveis efeitos dessa proposta governamental sobre as receitas do estado do Rio de Janeiro e dos municípios da capital e de Niterói. Entretanto, não nos furtaremos a opinar quanto às conseqüências político-econômicas decorrentes percebidas. Complementarmente apresentaremos também a simulação da proposta alternativa, chamada *Novo Pacto Federativo*, de autoria do economista François Bremaeker e publicada no *Jornal dos Economistas* de fevereiro deste ano.

Quanto à simplificação a proposta é de criação de um novo tributo federal; IVA (Imposto de Valor Adicionado), que seria uma combinação de 4 contribuições vigentes CIDE (Contribuição de intervenção no domínio econômico), COFINS (Contribuição para o financiamento da Seguridade Social), PIS (Programa de Integração Social) e Salário educação. A PEC engloba ainda outras alterações, como a redução da contribuição previdenciária por parte dos empregadores.

No âmbito estadual, tal combinação não gera qualquer perda de arrecadação tributária, ocorre, no

entanto, que o acompanhamento sobre o montante arrecadado referente a cada uma dessas contribuições fica prejudicado pela unificação.

Vale salientar que uma das pressões do governo é promover o fim da guerra fiscal que atualmente tem sido promovida pelos estados ao concederem incentivos na tributação do Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) para atrair empresas para seu território. De fato, a disputa pela atratividade é uma das razões para que haja 27 tipos diferenciados de cálculo do tributo no território nacional. Esse é o principal argumento utilizado para a (outra) unificação tributária, cuja arrecadação é de competência estadual. Outro argumento divulgado é o de responsabilizar a complexidade da legislação tributária como um entrave para o desenvolvimento dos negócios.

Para atingir esse objetivo, propõem-se algumas alterações na legislação do ICMS, a saber:

- Alteração na cobrança do ICMS da origem para o destino, reduzindo a alíquota na origem progressivamente durante 8 anos após a implementação da reforma;
- Manutenção de 2% da alíquota no Estado de origem;
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas para compensar possíveis perdas de arrecadação dos Estados;
- Alíquota diferenciada para produtos com elevada participação nas receitas estaduais.

Convém salientar que a proposta da nova legislação do ICMS, tornando-a única e federal. Logo, a competência estadual vigente de distribuir 25% do total arrecada-

do com o tributo pelos municípios (os outros 75% ficam com o próprio Estado) é retirada, desequilibrando o pacto federativo já frágil e insuficiente celebrado na Constituição Federal de 1988.

No caso do estado do Rio de Janeiro, o percentual municipal do ICMS, atualmente é dividido em, 75% para o município cujo produto ou serviço tenha sido produzido, ou seja, onde fora contabilizado o valor adicionado e os 25% restantes são redistribuídos aos municípios segundo os critérios de população, área geográfica, receita própria, cota mínima e ajuste econômico.

Com a nova legislação federal, essa participação municipal ficaria dividida em: 41% do valor adicionado, 40% sobre critério populacional e 19% ficariam divididos de acordo com uma futura Lei Complementar à PEC, que ainda não tem critérios definidos.

Quanto ao foco da mudança na arrecadação do ICMS passar a ser cobrada no destino e não mais na origem subentende-se que o potencial de consumo terá influência marcante na futura arrecadação do tributo.

Vale lembrar de que o estado do Rio de Janeiro, no ano de 2006, deteve como potencial de consumo, medido pelo anuário estatístico da Gazeta Mercantil, R\$177 bilhões, o que corresponde a 11,44% do potencial de consumo estimado para o Brasil. A arrecadação de ICMS no mesmo ano foi de R\$15,7 bi, o que denota 8,35% do total nacional. Desta forma, nota-se que o potencial de consumo é maior do que a arrecadação,

NITERÓI

Ano	2006
Acréscimo FPM	36.589.000
Acréscimo IPVA	73.671.000
Acréscimo ICMS	52.248.000
Total	162.508.000
Receita total	743.168.001
Receita per capita	1.559
Receita total acrescida	905.676.001
Receita per capita acrescida	1.900

e, por isso, com a mudança da taxa para o destino, o estado do Rio tende a ganhar. E ainda assim, com a manutenção da alíquota de 2% na origem, o Estado permanece como beneficiário e manteria em torno de 16% do total produzido no caso do exemplo citado.

No caso do município do Rio de Janeiro, a lógica se mantém. O município recebeu em 2006 apenas pelo montante referente aos 75% do valor adicionado, conforme decisão estadual anterior que destinava à capital apenas o percentil do valor adicionado (75%). Esta foi recentemente revogada pelo Supremo Tribunal Federal que determina a participação do Rio de Janeiro também no montante dos 25%.

A participação do município carioca, na parte do ICMS que cabe aos municípios em 2006 foi de 34% do total estadual, enquanto que o potencial de consumo é de R\$ 102,8 bilhões, o que corresponde a 58% do total do estado.

Em Niterói, a situação é semelhante, o total arrecadado de ICMS em 2006 corresponde a R\$ 97,6 milhões, ou seja, 2,69% do estado e seu potencial de consumo atinge R\$ 10,9 bilhões, 6,14% do estado.

Nota-se que em todos os entes analisados, a PEC, caso aprovada nos moldes atuais, traria incremento da receita com a mudança da cobrança do ICMS no destino.

Não obstante, como esses entes detêm notadamente um alto potencial de consumo não seriam prejudicados por tal PEC, fato que certamente não se verifica na maioria dos demais municípios do Estado e nem na maioria dos demais entes estaduais e municipais da nação brasileira. Conseqüentemente a particularidade desses entes os levaria a se beneficiar em detrimento de outros entes muitos dos quais em situação socioeconômica pior.

Por outro lado, uma propos-

ta de reforma tributária que objetiva gerar crescimento econômico e estancar a carga tributária para simplesmente favorecer o negócio empresarial não merece o nosso apoio. Pelo contrário, a reforma tributária, urgente e necessária, que o país precisa, passa, obrigatoriamente, pela definição de outros princípios dos quais destacamos:

- 1 - A política tributária como instrumento de busca pela justiça social, via aprofundamento da progressividade;
- 2 - A maior incidência da arrecadação sobre as camadas mais favorecidas, sobretudo através da tributação na renda aferida pelas operações financeiras;
- 3 - Maior base de arrecadação dos impostos diretos e seletividade dos impostos indiretos;
- 4 - Separação efetiva entre os orçamentos fiscal e seguridade social com a garantia dos recursos do último;
- 5 - Tratamento diferenciado entre os entes federativos em função das desigualdades regionais e sociais.

Tudo isso deve ser discutido no contexto de um novo pacto federativo re-definidor de competências. Infelizmente, a discussão sobre essa questão vital não se dá com a amplitude necessária que a cidadania exige. Da forma como está apresentada atualmente, a PEC se torna uma simples medida de apoio ao mundo dos negócios, a oportunidade de se reverter as injustiças tributárias é desperdiçada mais uma vez.

RIO DE JANEIRO

Ano	2006
Acréscimo FPM	153.781.000
Acréscimo IPVA	639.554.000
Acréscimo ICMS	n.d
Total	793.335.000
Receita total	9.211.531.000
Receita per capita	1.501
Receita total acrescida	10.004.866.001
Receita per capita acrescida	1.630

O Novo Pacto Federativo e os Orçamentos

Tendo em vista as brechas deixadas pela proposta da Reforma Tributária, principalmente no que diz respeito aos recursos destinados aos municípios, o economista François Bremaeker elaborou uma proposta alternativa que busca aumentar a eficiência da mudança (JE fev/2008). Tal proposta baseia-se na noção de novo pacto federativo, com objetivo de redefinir encargos e redistribuir recursos.

Este leva em consideração que os municípios em sua maioria têm capacidade arrecadatória reduzida em relação às capitais o que os tornam dependentes de transferências da União e dos Estados para manterem seus distritos em funcionamento e em contínuo desenvolvimento.

Uma das mudanças propostas pelo então chamado "Novo Pacto" é o aumento de 23,5% para 35% da transferência do FPM - xxx¹. Além desta, estaria prevista uma mudança na participação dos municípios no IPVA - xxx², passando de 50% para 100% (de acordo com o município de emplacamento do veículo). Outro aspecto abordado é o aumento da transferência do ICMS passando de 25% para 35%, sendo essa diferença distribuída de acordo com o critério populacional.

Todas essas mudanças objetivam que os municípios alcancem uma receita orçamentária *per capita* no valor de R\$ 1.500,00 por

ano. Desta forma, se mesmo com os acréscimos citados acima o município não alcançar esse valor, ele receberia mais verbas da União oriundas de um fundo, que corresponderia a 30% de suas receitas com IR - xxx³ e IPI - xxx⁴.

Considerando as mudanças propostas pelo Novo Pacto, a equipe do FPO-RJ procurou medir o impacto que as mesmas trariam aos orçamentos dos Municípios do Rio e de Niterói; para tal foram calculados impactos com dados do ano de 2006. Dessa forma as tabelas apresentadas demonstram as alterações que ambos os municípios sofreriam.

Nota-se que o acréscimo de ICMS no Rio de Janeiro não pode ser calculado, pois as tabelas com os índices de população do Estado do Rio, utilizadas para a realização do cálculo da transferência desse tributo aos municípios não disponibilizam esses dados para a capital.

Em Niterói pode ser observada que, pela proposta de Novo Pacto, a receita *per capita* que era de R\$1.559 passou para R\$1.900,00 e no caso do Rio, de R\$1.501,00 para R\$1.630,00 (sem considerar o aumento do ICMS).

Essa realidade, no entanto, difere-se muito da nacional. A média das receitas *per capita* nacional gira em torno de R\$1.013,00 e regiões como a Norte e Nordeste estão em torno de R\$800,00 *per capita*, segundo o mesmo artigo de François.

Mais uma vez, vale notar que os municípios do Rio e Niterói são de alto poder aquisitivo e detêm um alto potencial de consumo, e assim não são bons parâmetros para refletir a precariedade das arrecadações municipais pelo Brasil, nem do Novo Pacto nem da PEC em discussão na Câmara dos Deputados. 

1 Fundo de Participação dos Municípios

2 Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

3 Imposto de Renda

4 Imposto sobre Propriedade Industrial

Inscrições para Concurso de Redação vão até o final de setembro

As inscrições para o IV Concurso de Redação Economista Ignácio Rangel, organizado pelo Corecon-RJ e pela Secretaria Estadual de Educação, estão abertas até o dia 30 de setembro. Podem participar da premiação os estudantes de ensino médio (regular e EJA) matriculados em escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro.

■ O estudante deve submeter ao Conselho uma redação sobre o tema “A Economia e seu Impacto na Qualidade de Vida”. Por exigência do regulamento, o diretor da escola onde o aluno estuda precisa atestar a autoria do texto apresentado. A ficha de inscrição e o regulamento da premiação estão no site do Corecon-RJ (www.corecon-rj.org.br).

O Conselho vai distribuir prêmios para os estudantes autores das 12 melhores redações. O primeiro colocado receberá um computador com impressora, enquanto os demais ganharão má-



quinas fotográficas digitais, MP3s, livros e outros itens.

A cerimônia de premiação acontece em 20 de novembro na sede do Corecon-RJ. Os vencedores serão escolhidos por uma banca formada por dois economistas conselheiros do Corecon-RJ e três professores da Rede Estadual.

O objetivo do Corecon-RJ com o Concurso de Redação é estimular a

abordagem crítica de temas do cotidiano relacionados com a economia e despertar no estudante o interesse pela profissão de economista. 



Prêmio de Jornalismo Econômico tem como tema a desnacionalização do parque produtivo

■ Jornalistas interessados em concorrer ao V Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico podem fazer suas inscrições no período de 1º de setembro a 31 de dezembro. O regulamento da premiação e a ficha de inscrição estão disponíveis no site do Conselho (www.corecon-rj.org.br).

O jornalista deve submeter reportagens publicadas em 2008 em jornais ou revistas de grande circulação com sede no Estado do Rio de Janeiro sobre o tema **A Desnacionalização do Parque Produtivo: Quem Comanda as Empresas Brasileiras?**

Esta é a primeira vez em que é proposto um tema para as matérias apresentadas, como forma de se incentivar a produção jornalística em torno de assunto de relevância nacional.

Uma banca formada por dois conselheiros do Corecon-RJ e um jornalista vai avaliar as reportagens submetidas.

O V Prêmio de Jornalismo Econômico será entregue em março de 2009. O jornalista autor do melhor trabalho receberá R\$5.000. O segundo colocado ganhará R\$3.000. O concurso tem o apoio do Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED) e do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro.

Agenda de cursos

• **TEORIA DOS JOGOS** (13 de agosto a 1º de outubro de 2008 - às quartas-feiras - das 18h45 às 21h30 - curso de 24 horas-aula)

• **CURSO DE PERÍCIA** (12 de setembro a 19 de dezembro de 2008 - as quatro primeiras aulas serão ministradas uma vez por semana às sextas-feiras, da quinta aula em diante o curso acontece às quartas e sextas-feiras - 18h45 às 21h30 - curso de 78 horas-aula)

• **CURSO ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL** (de 8 a

11 de outubro de 2008 - quarta, quinta e sexta-feira das 18h30 às 21h45 - sábado de 10h às 15h15 com uma hora de almoço - 15 horas-aula)

• **MATEMÁTICA FINANCEIRA** (15 de outubro a 3 de dezembro de 2008 - às quartas-feiras - das 18h45 às 21h30 - curso de 24 horas-aula)

• **MATEMÁTICA ESTRATÉGICA** - (Novas informações) (Curso todas as terças-feiras até 16 de dezembro de 2008)